

A Nação em armas se apresenta ao rei: uma análise da participação dos militares na visita dos reis da Bélgica ao Brasil (1920).

Luciana P. Fagundes – Mestre em História Social
pela Universidade Federal do Rio de Janeiro –
PPGHIS/UFRJ.

Introdução.

Dentre as homenagens planejadas em honra aos reis belgas, os eventos militares ocupam um lugar privilegiado. Convidados pelo então presidente Epitácio Pessoa, o rei Alberto I e a rainha Elisabeth permaneceram quase um mês no país, de 19 de setembro a 16 de outubro de 1920. Era crucial que durante as homenagens aqui prestadas, pudessemos apresentar um exército patriota, e acima de tudo moderno, especialmente se atentarmos para o fato de que não era qualquer visitante que aportava no Rio de Janeiro, mas sim, Alberto I, o Rei - Soldado, um herói militar consagrado nos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial.

Na tentativa de uma melhor compreensão do papel do exército na construção do Estado brasileiro, a primeira parte deste artigo é dedicada à análise das discussões sobre o problema do recrutamento, bem como os debates sobre a profissionalização e modernização desse exército, onde conceitos importantes como o de *soldado cidadão* e de *nação em armas* estão em jogo.

Considerando que é justamente nas primeiras décadas republicanas que o Exército brasileiro reforça sua atuação, ganhando cada vez mais importância com a expansão de seus efetivos, este artigo foca sua análise, não apenas nas reformas conduzidas pela Missão Francesa, mas principalmente em sua atuação altamente elogiada nas cerimônias realizadas em honra aos reis belgas, observada através da imprensa carioca. Constituindo-se então, em um momento singular para a análise das grandes mudanças pelas quais passava a instituição, bem como de seu papel na sociedade brasileira.

O Exército e o Estado brasileiro: uma relação complexa.

O Exército brasileiro herdou muitas características das forças coloniais, ou seja, de sua formação originalmente portuguesa. O recrutamento de criminosos e mercenários iria caracterizar o exército colonial português, caracterizando-o como o principal destino dos condenados, sentenciados a servir no exílio como soldados, criando uma associação entre punição e recrutamento¹. A independência brasileira não melhorou a imagem do serviço militar dentre a população, com a preservação da estrutura do exército português, e sua ineficácia.

Com um grande número de oficiais portugueses leais ao Imperador, o Exército brasileiro inspirava a desconfiança dos legisladores, não é por acaso que se verifica o aparecimento de uma milícia cidadã como força mais adequada ao poder civil, a Guarda Nacional². Segundo Jeanne Berrance, as milícias nacionais, como a norte americana e a francesa ajudaram a institucionalizar o conceito de ‘nação em armas’, onde o poder civil assume o controle, sendo o militar tradicional substituído pelo cidadão soldado³. O conceito de ‘nação em armas’ era então o resultado “da adequação entre a pressuposição original da milícia e da obrigatoriedade do serviço militar em épocas de emergência”⁴, a constituição das milícias se baseava justamente no “princípio democrático de que a defesa da nação era da responsabilidade de todos os cidadãos”⁵. Utilizando como referência principalmente o modelo francês, a Guarda Nacional brasileira atuou reforçando o poder civil, sendo seu recrutamento realizado pelo juiz de paz⁶.

Enquanto o recrutamento para a Guarda Nacional recaía sobre as camadas economicamente ativas da sociedade, e era acompanhado de prestígio social, o recrutamento para o Exército era realizado essencialmente entre os homens de moral criminosa e os pobres desprotegidos. No entanto, para melhor compreender o recrutamento militar é necessário atentar para as relações de patronato e clientelismo, em relação aos trabalhadores livres, bem como as concepções de honra e ordem⁷.

¹ BEATTIE, P. *The Tribute of Blood*. Durham, Duke University Press, 2000.p.23.

² COELHO, E. C. *Em Busca da Identidade. O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro:Record, 2000.p.49

³ CASTRO, J.B. *A Milícia cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. 2ª Edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

⁴ Ibidem, p. 5.

⁵ Idem.

⁶ Para uma melhor compreensão sobre a atuação do juiz de paz ver FLORY, T. *El juez de paz y el jurado en Brasil Imperial*. México, Fundo de Cultura Económica, 1986.

⁷ BEATTIE, P. *op cit.* p. 37.

O trabalho de Hendrik Kraay aponta a necessidade de observar que “complexas regras não escritas governaram a prática do recrutamento”⁸. Tais regras poderiam ser observadas no triângulo formado por Estado, Senhores e Pobres Livres. As negociações e conflitos entre estes atores produziram um consenso com relação ao sistema de recrutamento. Com a Guerra do Paraguai há uma quebra das relações antes definidas por Kraay, evidenciando principalmente as deficiências presentes no Exército brasileiro, levando a uma política de reorganização do mesmo, como por exemplo, a lei do recrutamento de 1874. O objetivo desta nova lei era recrutar homens de *status* social mais alto, e promover algumas modificações como a proibição do castigo corporal. O novo modelo de recrutamento fracassou, prevalecendo o sistema antigo, pois ressalta Kraay, “Neste havia o respeito às relações de patronato entre Estado, elites locais e pobres honrados de modo muito melhor do que qualquer sorteio poderia ter feito”⁹.

A dificuldade de implementar a lei do recrutamento de 1874 residiria ainda na importante função desempenhada pelo Exército no sistema penal brasileiro. O trabalho de Peter Beattie¹⁰ demonstra neste sentido que o Exército brasileiro atuou em outras funções, como de carcereiro e força policial, além de incorporar em suas tropas elementos considerados perigosos à sociedade. A utilização destes homens contribuiu para minar a credibilidade e legitimidade da instituição no olhar dos pobres e dos privilegiados.

A atuação como carcereiro, assim como seu trabalho de polícia e o recrutamento forçado de criminosos constituem-se em sérios entraves para a modernização do Exército. No entanto, ultrapassar estas barreiras significava intervir na dinâmica do patronato que permeava todos os níveis do aparelho do Estado, somente uma série de mudanças na forma como a sociedade via o elemento militar, bem como estes mesmos se viam, poderiam impulsionar as reformas na instituição.

⁸ KRAAY, H. Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil. *In: The Americas*, v 55, n.o. 1:1-33, jul. 1998.

⁹ KRAAY, H. *op cit.*

¹⁰ BEATTIE, P. *op cit.*

A caminho da modernização: o Exército na Primeira República.

Em maio de 1920, o *Jornal do Brasil* publicava um artigo onde criticava a falta de empenho do governo em aparelhar o Exército para a recepção belga. Tal fato consistia em um problema, pois, segundo o jornal, o país não possuía “um só regimento, uma só tropa, que, a feição dos outros países, se encarregue desses atos protocolares, que são a representação da força armada do país”. Não poderíamos deixar, observa o jornal, o nosso hóspede ser escoltado “pela pobreza de uniformes da nossa cavalaria atual”¹¹.

Mas o Exército que se apresentaria ao rei seria outro.

A mudança no papel do Exército aparece claramente quando da proclamação da república. Apoiados na idéia do soldado-cidadão, inicialmente difundida por jornalistas republicanos, e consagrada no manifesto de Deodoro que declarava a necessidade de todo soldado ser um cidadão armado¹². O soldado não seria mais um cidadão de segundo classe, assumiria sua cidadania plena, possibilitando a afirmação militar sobre a sociedade civil. Mas, o principal elemento deste conceito de povo armado, seria o serviço militar obrigatório, pois, facilitaria a expansão do papel dos militares na sociedade e na política brasileira¹³.

Um longo caminho ainda seria percorrido até que a questão do aperfeiçoamento do Exército, que sofria com problemas como suprimento dos estoques deficiente, salários atrasados e defasados, ficasse mais evidente. A questão era séria, sendo que o problema maior era a forma como era feito o recrutamento, ainda nos moldes de final do século XIX, o Exército incorporava em seus quadros os elementos mais desqualificados da sociedade, não gozando de respeito na mesma. Além disso, não havia meios para a expansão das forças em tempo de guerra. A única solução possível era o sorteio universal, fazer do Exército um centro de treinamento e transformar os recrutas inexperientes em verdadeiros soldados¹⁴.

A renovação veio através de Hermes da Fonseca. Em 1906, como Ministro da Guerra de Afonso Pena, implementava um programa para a modernização das escolas militares, baseado nos métodos de instrução europeus, com o objetivo de tornar a

¹¹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 15 de maio de 1920.

¹² CARVALHO, J.M. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: *Forças Armadas e Política no Brasil*. *Op.cit.* p. 38.

¹³ McCANN, F.D. *A Nação Armada. Ensaio sobre a História do Exército brasileiro*. Recife: ed. Guararapes, 1982, p. 16.

¹⁴ *Ibidem*, p.33.

formação dos oficiais mais técnica e menos literária¹⁵. Mas a grande realização de Hermes da Fonseca seria em 1908, com a aprovação da lei do sorteio, no entanto, uma longa campanha ainda foi necessária para colocá-la em prática.

O apoio da classe média e a pressão do governo conseguiram transformar o projeto em lei. Entretanto, a eleição de Hermes a presidência, e seu complicado governo, o afasta do programa de reformas; inclusive da questão do serviço militar obrigatório.

Neste sentido, os eventos internacionais dariam incentivos a mais para se pensar na implementação efetiva de um serviço militar obrigatório. Será um momento marcado por uma de onda patriotismo crescente na classe média urbana, cujo porta voz principal será o intelectual Olavo Bilac. O principal problema brasileiro, identificado por Bilac, era a falta de união, de disciplina e inspiração patriótica. A solução consistia na aplicação do serviço militar obrigatório, pois, o quartel transmitia o sentido da hierarquia, de disciplina e patriotismo. Isto demonstra a visão do Exército como grande responsável pela educação cívica do cidadão, sendo que a militarização da sociedade contribuiria para sua democratização e evitaria a formação de uma casta militar, surgindo a ‘nação armada’. Ao encarregar o Exército de uma “função pedagógica” para com sociedade, Bilac constrói uma visão do serviço militar que “pouco tem a ver com a defesa nacional, com o adestramento do cidadão no uso das armas, com sua educação no espírito marcial”¹⁶, ou seja, uma imagem descolada da profissionalização das forças armadas.

O apelo pela modernização e profissionalização do Exército veio diretamente de um grupo militar conhecido como Jovens Turcos, e de seu periódico *Defesa Nacional*, onde manifestaram seu inconformismo com a acomodação geral que impedia o Exército de se aperfeiçoar. O movimento colocava que a principal função do Exército estava na defesa externa, e para desempenhá-la era necessário a existência de uma força militar profissional, bem treinada, equipada e excluída das lutas políticas¹⁷. Outro ponto essencial era o recrutamento, a expansão de seu contingente ligava-se diretamente a aplicação do serviço militar obrigatório.

¹⁵ NETO, M.D “Influência Estrangeira e luta interna no exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, A(org.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980.. *Op cit.*p 57. Sobre as reformas implementadas por Hermes da Fonseca ver também: BEATTIE, P. *The Tribute of Blood*. Durham, Duke University Press, 2000; e McCANN, F.D. *Op cit.*

¹⁶ COELHO, E.C.*Op. cit.*p.78.

¹⁷ Idem.

A campanha pela implementação do serviço militar obrigatório ganhou novos impulsos no desenrolar da Primeira Guerra, um bom exemplo é fundação da Liga de Defesa Nacional em 1916, cujo presidente era Olavo Bilac. A LDN recebeu suporte político e financeiro das classes urbanas, oficiais do exército e políticos. Bilac utilizou este posto de destaque para falar especialmente a juventude, e expandir a idéia da ‘nação em armas’.

Assim, sob a direção do General José Caetano de Faria, durante o governo de Venceslau Brás é realizado, em 1916, o primeiro sorteio. O objetivo do sorteio era formar uma reserva e alterar a composição socioeconômica dos soldados, incorporando extratos mais elevados da sociedade¹⁸, no entanto, o sistema apresentou muitas falhas. Grande número dos convocados simplesmente não se apresentava¹⁹.

Apesar das falhas, tais tentativas demonstraram a assimilação cada maior por parte da sociedade do importante papel do Exército na sua formação cívica.

Nos anos 20 é possível verificar a intensificação da profissionalização e modernização do Exército devido principalmente às campanhas públicas pelo serviço militar obrigatório aliado a Grande Guerra e a atividade dos jovens turcos, porém, “a única forma de resolver os problemas da organização era ‘importar’ instrutores estrangeiros”²⁰.

A princípio, a campanha dos jovens turcos se voltava para a vinda de uma missão alemã, no entanto, a derrota do exército alemão, demonstrou ser mais adequada a escolha da missão francesa. A contratação da missão seria efetivada pelo então Ministro da Guerra Pandiá Calógeras, um civil, nomeado pelo então presidente Epiácio Pessoa.

A nomeação de um civil não agradou muito aos militares, Epiácio Pessoa justificou a nomeação de civis para ambas as pastas da marinha e do exército por achar melhor manter os militares afastados da política²¹. A decisão acabou sendo aceita quando Calógeras demonstrou sua afinidade com os programas das reformas, sendo responsável pela consolidação da expansão numérica e espacial do Exército com um ambicioso programa de construções²².

¹⁸ McCANN, F.D. *Op cit.* p.43.

¹⁹ *Ibidem*, p.47-8.

²⁰ NETO, M.D. *Op cit.* p.57.

²¹ GABAGILIA, L.P.R. *Epiácio Pessoa (1865-1942)*. São Paulo: José Olympio, 1951.

²² McCANN, F.D. *Op cit.* p 51-2.

Partidário das missões estrangeiras, Calógeras apóia a vinda da Missão Militar Francesa, que será um grande estímulo para modernização e aperfeiçoamento profissional do Exército.

A Missão francesa ficou encarregada de três diferentes cursos: o de Aperfeiçoamento de Oficiais, o do Estado – Maior e de Revisão do Estado Maior. Sua reabertura em 7 de abril de 1920 foi noticiada nos principais jornais cariocas, constituindo motivo de orgulho para todos os brasileiros. A manchete do *Correio da Manhã* fazia alusão a nova fase “na organização das nossas forças militares, efetivando a obra de instrução e preparo dos nossos oficiais”²³ na qual entra o Exército com a inauguração da Escola do Estado Maior.

O Paiz publica artigos sobre o serviço militar, tomando como base o discurso feito pelo presidente Epitácio Pessoa na inauguração da EEM. O artigo ressalta que as forças armadas não precisavam apenas de uma modernização técnica, pois, também existiria a “questão política e social da educação das massas populares e das elites dirigentes”, com o objetivo de que “as primeiras possam constituir material de grandes reservas cuja realização deve formar a nação em armas e os segundos tenham a aptidão mental e o hábito de pensar militarmente”²⁴.

Fica aparente a idéia do Exército como grande educador, formador da nação. O artigo aponta sua preocupação com o desinteresse pelas “coisas militares”, verificado na aversão da “mocidade em prestar o serviço militar e talvez ainda mais claramente nas inúmeras manifestações de um relativo efeminamento que hoje se observa entre número muito considerável de moços”. Esses moços, com seus hábitos de repouso e de prazer efeminado, poderiam ser corrigidos pela disciplina do serviço militar. O artigo conclui que não há explicação para a existência de tantos moços que ainda prestaram serviço militar, assim, “é necessário educar a população brasileira”,²⁵ tanto as classes superiores como as massas populares.

Mesmo com toda propaganda, o serviço militar ainda é visto com uma certa distância pela maioria da população, sendo viva ainda a imagem negativa do Exército, como demonstra esta carta do general Candido Rodrigues, encarregado do alistamento militar no Distrito Federal sobre recrutamento e sorteio militar:

²³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 08 de abril de 1920.

²⁴ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 10 de abril de 1920.

²⁵ *Idem*.

Para bem cumprir os meus sagrados deveres tenho lançado mão de todos os meios para esclarecer ao publico a natureza da lei e aos rapazes, em condições de serem alistados, tenho procurado explicar -lhes o meio mais brando e suave de servirem a Pátria (...) Muita gente tem horror a farda por supor que a caserna e um covil de perversos ou uma cabeça de porco. As mães brasileiras, com raríssimas exceções, ainda pensam assim. Na minha repartição tenho visto e ouvido de tudo.(...) Entram em geral, revoltadas contra a lei e revoltadas contra as injustiças dos homens. Como meu dever, procuro deitar água fria em todas as fervuras, e, quase, que sem exceção alguma, em geral saem convencidas da verdade e acompanhando os filhos a inspeção de saúde. A lógica é essa: abrandar os temperamentos, mas enviar tudo para os quartéis a cumprirem os seus deveres, como eu cumpri e estou cumprindo.²⁶

A carta de Candido Rodrigues revela que era necessária toda uma campanha para tornar serviço militar mais atraente, principalmente para tornar o Exército uma instituição honrável.

Neste sentido, o artigo de Samuel de Oliveira publicado no *Correio da Manhã*²⁷ identifica alguns dos problemas antigos do Exército, como os voluntários “escolhidos às cegas, oriundos da arraia miúda, do populacho, do refugo da sociedade, da ralé”. Era indispensável, “a bem da moralidade”, a “criação de um ambiente moral onde a alma do novo Exército pudesse respirar e viver como parcela da alma nacional”. Algumas providências deveriam ser tomadas para reverter essa situação, como a implementação de colocação de condições rigorosas para a aceitação de voluntários, fazendo-se inspeção física e moral, não se poderia ter “assassinos, viciados e desordeiros como defensores da pátria”. Os voluntários deveriam ser homens “capazes moralmente e fisicamente que por livre vontade venham prestar serviço”. Apesar de não defender a implementação do sorteio militar, Samuel de Oliveira aponta a importância de se alterar a imagem do Exército brasileiro

É perceptível o clima de entusiasmo que as reformas no Exército estavam provocando na sociedade, com a visita dos reis belgas, as demonstrações de simpatia pelos militares ficariam ainda maiores.

Os militares na visita do reis belgas.

Além de fazer parte da comitiva brasileira que acompanharia os soberanos durante sua estada no Brasil, os militares atuaram na cerimônia da chegada dos soberanos e na Parada Militar; ambas de grande vulto e ampla participação popular.

²⁶ Ibidem; 26 de maio de 1920.

²⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 06 de julho de 1920.

Nos primeiros dias de setembro, o jornal *A Noite* começa a noticiar a movimentação das forças brasileiras, da 2ª e da 3ª regiões, respectivamente São Paulo e Minas Gerais, em direção a capital federal, o objetivo desta concentração, como colocado pelo Ministro da Guerra era dar “maior brilho possível” a Parada Militar²⁸. Nos dias seguintes o jornal descreve como serão dispostas as forças para a recepção dos reis; tropas do exército e da marinha formarão alas durante todo o trajeto seguindo pelos reis, da Praça Mauá até o Guanabara²⁹, em um contingente de ao todo 12.200 homens³⁰.

A atuação das forças militares no momento do desembarque dos reis é extremamente elogiado. O jornal *Correio da Manhã* coloca em forma de grande manchete “Deve-se em grande parte ao Exército, a marinha e as sociedades de tiro o grande brilhantismo de que se revestiu ontem a recepção dos soberanos belgas”. Ao “garbo e disciplina com se apresentaram na formatura” deve-se o despertar “na massa popular de um contentamento e entusiasmo que sem exagero podemos chamar de indescritíveis”³¹.

A atuação do rei Alberto I na Primeira Guerra lhe valeu o apelido de rei-soldado, um militar experiente, herói de guerra, o qual as forças deveriam se empenhar ao máximo para homenagem. E, segundo o jornal foi o que ocorreu: “Alberto I só podia ver (...) o aprumo a destreza e o treinamento dos nossos guerreiros, evidenciado nas manobras prontas nas evoluções rápidas nas atitudes perfeitas a grandeza e a eficiência do nosso valor militar”.

As forças não impressionariam apenas ao rei, mas também a população:

Convém registrar o entusiasmo que despertou na multidão o garbo de todos os soldados entre os quais se destacaram os alunos da Escola Militar perfeitamente instruídos e admiravelmente treinados.(...)Formando a guarda de honra dos soberanos, os bravos rapazes provocaram de todos as vozes protestos de uma admiração indiscutivelmente justa³².

Tanto na chegada dos soberanos, quanto na Parada Militar, a Escola Militar seria a grande elogiada, arrancado palmas frenéticas da população:

Súbito num movimento de sensação se operou entre o povo. Era o continente da Escola Militar que passava com destino a praça Mauá marchando de modo impecável. A mocidade daquela escola marcial pelo seu porte pela sua seleção inflamou quantos a viram desfilar. E palmas entusiastas ecoaram durante longo tempo enchendo de justo orgulho os nossos jovens patrícios. (...) O aspecto da praça por ocasião da chegada dos reis era maravilhoso. Os alunos da Escola Militar formados em linha no centro o

²⁸ *A Noite*. Rio de Janeiro; 10 de set. de 1920.

²⁹ *Ibidem*, 16 de set. de 1920.

³⁰ *Ibidem*, 17 de set. de 1920.

³¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro; 20 de set. 1920.

³² *Idem*.

esquadrão de cavalaria em uniforme de gala para a escolta real a distinção das pessoas que ali tiveram ingresso revestiam aquele local de rara imponência³³.

Mas seria nas descrições da Parada Militar, realizada no campo de São Cristóvão no dia 22 de setembro, que a imprensa dispensaria os mais diversos e numerosos elogios para com a instituição militar.

Ainda durante os preparativos para o evento, chamou atenção também do jornal *A Noite* a rígida disciplina com qual os soldados acompanharam o rei em seus preparativos para a cerimônia:

Digna de observação a atitude dos soldados no pátio interno do regimento, que acompanharam respeitosos o soberano como o povo o acompanha nas ruas e que ficaram formados em posição militar firmes e imóveis, clamor formidável retumbou nas ruas e envolveu o quartel quando o rei surgiu a cavalo aos olhos do povo³⁴.

O jornal *A Noite* publica ainda uma grande foto do Campo de São Cristóvão visto do alto, e classifica a cerimônia como “Mais brilhante desfile realizado no nosso país”³⁵.

O Correio da Manhã também é eloquente ao analisar a cerimônia, segundo o jornal, “Nunca, sem exagero, uma parada entre nós se revestiu da grandiosidade e da imponência que em homenagem aos soberanos se realizou na Quinta da Boa Vista, assistida por uma considerável multidão”. O jornal demonstra também o caráter cívico e patriota das forças que se apresentaram: “O garbo a disciplina e o luzimento com que se apresentaram valeram pelo testemunho da dedicação e do patriotismo com que hoje se trabalha nas nossas unidades militares”³⁶.

O Paiz traz uma redação mais dramática: “Não se pode traduzir nestas linhas fielmente, a magnífica impressão causada, ontem, pela apoteose militar aos augustos soberanos belgas”. Apontando também para o caráter memorável da cerimônia; “o povo afluiu de um modo extraordinário podendo-se dizer mesmo que não há memória de uma parada que se tenha realizado com tal imponência e com tão grande frequência.(...)”³⁷

A explicação para tão grande público era evidente:

(...) nosso povo já se interessa verdadeiramente pelo militarismo e sabe julgar com discernimento as manobras bem executadas; daí as constantes ovações que irrompiam de vez em quando, salientando-se as que foram feitas à passagem dos alunos da Escola

³³ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 20 de set. de 1920.

³⁴ *A Noite*. Rio de Janeiro; 22 de set. de 1920.

³⁵ *Idem*.

³⁶ *Idem*.

³⁷ *O Paiz*. Rio de Janeiro; 23 de set. de 1920.

Militar e Colégio Militar, 1.ºRegimento de Cavalaria, 1.ºRegimento de Artilharia Montada e a Reserva Naval.³⁸

Sobre a parada militar o *Jornal do Brasil* ressalta que as tropas, que formaram em revista e desfilaram em continência ao rei e a rainha, eram constituídas, com exceção da Escola Militar e da Marinha, de sorteados como pouco mais de seis meses de instrução, revelando o esforço e a capacidade do nosso brilhante corpo de oficiais³⁹.

Muito importante nesse sentido, era a opinião do soberano sobre o desfile das tropas brasileiras. Nas palavras do rei nossas tropas eram o reflexo da grandeza do país e que nenhum exército no mundo poderia se apresentar melhor aos olhos do povo e das autoridades militares⁴⁰. A opinião do rei sobre os soldados brasileiros viria ainda publicada na primeira página do jornal *O Imparcial*: “Julga-se um país pelo seu exército; e o Brasil deve ser muito bem julgado”⁴¹.

As impressões sobre a Parada Militar no Rio de Janeiro são similares nos outros jornais cariocas. A manchete do jornal *A Razão* é enfática: “Diante do Rei –Herói a Nação armada. A imponente parada de ontem, foi a mais soberba afirmação da nossa capacidade militar”⁴². Segundo o jornal, o desfile das tropas brasileiras demonstrou a eficiência do exército, que poderia inclusive ter participado da guerra, caso os aliados necessitassem, e que as vistas reais já habituadas a “espetáculos dessa natureza, oferecidos pelas tropas dos países mais poderosos da Europa”⁴³, puderam verificar como seria valorosa a cooperação brasileira nos campos de batalha da Europa.

O jornal defende ainda a realização das paradas militares como um meio eficaz de afirmar o valor militar do país, justificando seu argumento através do exército prussiano, que pelo costume de realizar frequentemente tais exercícios recebeu o apelido “exércitos de parada”. Tal exército, observa o jornal, deu provas fulminantes de organização durante a guerra, assim para que o exército brasileiro não deixe de ser um “exército de parada” era necessário que suas tropas:

(...) cada vez mais se fortifiquem pela educação, pela disciplina, pelo aparelhamento e pela organização, aproveitando as mais adiantadas conquistas e as mais aperfeiçoadas

³⁸ Idem.

³⁹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro; 24 de set. de 1920.

⁴⁰ *Ibidem*; 25 de set. de 1920.

⁴¹ *O Imparcial*. Rio de Janeiro; 28 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Telegramas e noticias sobre a visita de S. S. M. M. es reis dos Belgas ao Brasil, publicadas em setembro de 1920, sendo Presidente da Republica e Exme. Sr. Dr. Epitácio Pessoa. Homenagem da Agencia Americana*. Rio de Janeiro: 1920.

⁴² *A Razão*. Rio de Janeiro; 23 de set. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁴³ Idem.

invenções da arte e da indústria de guerra, afim de que possam inspirar sempre à Nação o sentimento de maior confiança, e aos outros povos o máximo respeito⁴⁴.

Tal magnificência das tropas representava a “afirmação magnífica do Exército novo, formado pela execução do sorteio obrigatório, que nivela todas as classes ao serviço da nação”, transformando “cada soldado um profissional completo”⁴⁵.

O exército prussiano também é tomado como exemplo pelo jornalista Ranulfo Bocaiúva Cunha em artigo publicado no jornal *A Notícia*, onde ressalta a importância da implementação do serviço militar obrigatório neste exército, contribuindo para sua profissionalização, e passando este a representar “mais que qualquer outra instituição, o próprio país de que fazia parte”. Com relação ao Brasil, o recrutamento dos soldados por modo do sorteio, encarnou o momento em que o exército brasileiro “começou a representar a nação em toda a sua plenitude”⁴⁶.

Tal modificação, que estaria ocorrendo graças ao sorteio militar, possibilitou que Alberto I vislumbrasse na Parada Militar “o grau de adiantamento material e mental do Brasil”, dando prova inclusive do grau de “civilidade a que já atingimos”. O desfile não apresentou “menor falha”, revelando que “as perspectivas estão abertas à expansão da Pátria Brasileira”⁴⁷.

Um aspecto interessante da Parada Militar está justamente em propiciar uma reflexão sobre este momento pelo qual passava o exército brasileiro, sendo que sua participação na visita belga se estende também aos momentos de chegada e partida do reis, onde as tropas formadas na avenida fizeram seu papel de conter o público, delimitar o espaço permitido a população. O jornal *A Pátria*, reserva duas páginas para o assunto logo após a partida dos reis, onde ressalta a impressionante atuação das tropas brasileiras, reformuladas por este novo sistema de ingresso.

Segundo o jornal, o exército do sorteio já estava se “dissolvendo na sociedade”, pois era rara a família que não tinha um parente ou amigo, “participando da grande escola de abnegação e patriotismo”. O Exército de há poucos anos, “anemiado, a desfalecer nas formaturas, sem a menor sombra de marcialidade, arrastando-se ao som de uns dobrados plangentes e mal tocados” havia ficado para trás, e em um curto espaço de tempo realizou-se “o milagre de uma verdadeira ressurreição”⁴⁸.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ *A Notícia*. Rio de Janeiro; S/D. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ *A Pátria*. Rio de Janeiro; 17 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

É importante ressaltar que o jornal atribui toda a competência e brilhantismo da atuação do exército aos “jovens oficiais”, ou seja, aos tenentes:

Esta verdade não nos cansaremos de repetir, de proclamar sempre que nos ofereça a oportunidade, porque assim faremos justiça ao que é nosso, genuinamente nosso, praticando o verdadeiro nacionalismo que entendemos que faz justiça ao que possuímos de bom e aponta o mau para que se corrija, mas que não vai dizer ao rei Alberto, num acesso de “engrossamento” incontido, que a instrução dos magníficos cadetes de realengo era ministrada por oficiais estrangeiros....⁴⁹

O jornal faz referência provavelmente a atuação da Missão Francesa, no entanto, a visualiza a partir de um outro ângulo, não necessariamente positivo, onde as glórias pela reconstrução do Exército são atribuídas aos tenentes, considerados pelo jornal como um “exemplo que deveria ser imitado por quantos possuem uma parcela de responsabilidade no futuro da Pátria”⁵⁰.

Por fim, ficou claro que as forças brasileiras não decepcionaram a população e nem o rei, o espetáculo da formatura das tropas no primeiro dia dos soberanos no Brasil e a Parada Militar seriam motivo de orgulho, demonstrando uma nova relação da sociedade com o Exército, deveras diferente daquela vivenciada durante o século XIX. Assim como o lugar reservado a instituição no Estado brasileiro, verificando-se sua crescente importância como unificadora da nação. Todavia, alguns personagens não encontrariam espaço neste novo Exército, como por exemplo, os veteranos da Guerra do Paraguai, sua participação na visita belga se resumiria, praticamente, a enviar uma carta de saudação ao rei⁵¹.

Considerações Finais.

Alterar a imagem de um Exército ineficiente e decadente, cujas tropas são formadas através do recrutamento dos piores elementos da sociedade seria um feito das primeiras décadas do século XX. Neste período são incorporadas novas visões sobre o papel do Exército na sociedade, são ressaltadas suas funções pedagógicas, seu papel na educação cívica da população, e neste sentido, nada melhor do que um serviço militar obrigatório para ensinar a todos seus deveres patrióticos. Por outro ângulo, o serviço militar obrigatório era essencial para elevar o nível dos recrutas, para se efetivar a

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Tal carta foi publicada no *Correio Paulistano*. São Paulo; 07 de out. de 1920. In: Agencia Americana. *Op. cit.*

modernização da instituição, o grupo dos Jovens Turco atuaria neste sentido reforçando a necessidade de um Exército profissional, onde as reformas trazidas pela Missão Francesa seriam bem recebidas tanto dentro da instituição como pela imprensa.

Enfim, o Exército brasileiro passa por uma grande remodelação, onde se constrói uma imagem cada vez mais positiva da instituição junto ao público, o que pode ser percebido durante a visita dos reis belgas, a instituição começa a ser vista então como uma parte importante da nação. No entanto, os anos seguintes seriam marcados por graves crises entre um novo grupo que surgia dentro do Exército, os tenentes, e o governo. Uma nova página nas relações Exército, Estado e sociedade começava, então, a ser escrita.

Bibliografia.

I – Fontes Primárias.

Periódicos:

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1920.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1920.

A NOITE. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1920.

O PAIZ. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1920.

Publicações:

Agencia Americana. *Telegramas e noticias sobre a visita de S. S. M. M. os reis dos Belgas ao Brasil, publicadas em setembro de 1920, sendo Presidente da Republica e Exme. Snr. Dr. Epitácio Pessoa. Homenagem da Agencia Americana*. Rio de Janeiro: 1920.

II - Livros e artigos:

BEATTIE, P. *The Tribute of Blood*. Durham, Duke University Press, 2000.

CARONE, E. *A primeira república (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, J.C. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CAUFIELD, S. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

- CASTRO, J. B. *A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1979.
- COELHO, E.C. *Em Busca da Identidade. O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro:Record, 2000.
- COSTA, E.V. *Da monarquia à República. Momentos decisivos*. 7^a.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3^a ed. Rev. São Paulo: Globo, 2001.
- FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v.1)
- FLORY, T. *El juez de paz y el jurado en Brasil Imperial*. México, Fundo de Cultura Econômica, 1986.
- FREYRE, G. *Ordem e Progresso*. 5^aed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GABAGILIA, L.P.R. *Epitácio Pessoa (1865-1942)*. São Paulo: José Olympio
- GARAMBONE, S. *A primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- KRAAY, H. Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil. *In: The Americas*, v 55, n.o. 1:1-33, jul. 1998.
- LESSA, R. *Invenção republicana*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- McCANN, F.D. *A Nação Armada. Ensaio sobre a História do Exército brasileiro*. Recife: ed. Guararapes, 1982.
- MOTA, M. S. *A Nação faz 100 anos. A questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992.
- OLIVEIRA,L.L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PESSOA, E. *Pela Verdade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.
- PINTO, S.C.S. *Elites Políticas e o Jogo de Poder na Cidade do Rio de Janeiro (1909-1922)*. Rio de Janeiro: Tese Doutorado UFRJ/IFCS, 2002.
- ROUQUIÉ, A(org.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980.
- VISCARDI, C.M.R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do 'café com leite'*. Belo Horizonte: C/A, 2001.